



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 38, DE 04 DE AGOSTO DE 2016.

Revoga o Provimento CGJ de nº 01/2011, que estabelece normas e procedimentos para aplicação da Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos Administrativos produzidos e recebidos pela Corregedoria-Geral da Justiça.

O CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência, albergado no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico desta Corregedoria-Geral da Justiça, biênio 2015/2016, em especial aquelas que visam implementar o caráter orientativo e pedagógico nas ações deste Órgão Sensor;

CONSIDERANDO que as ações relativas à elaboração do Manual de Provimentos desta Corregedoria objetivam, dentre outras coisas, a revisão e atualização dos Provimentos já editados;

CONSIDERANDO, por fim, a edição da Resolução TJ/AL nº 34, de 14 de junho de 2016, que instituiu os planos de classificação (tabelas processuais unificadas) e as tabelas de temporalidade dos processos judiciais e dos documentos administrativos e o manual de procedimentos para destinação documental do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, adotando também providências correlatas,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o Provimento CGJ nº 01/2011, em face da publicação da Resolução TJ/AL nº 34, de 14 de junho de 2016.

Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Maceió, 04 de agosto de 2016.

Desembargador **KLEVER RÊGO LOUREIRO**
Corregedor-Geral da Justiça